**ATA**

**2ª REUNIÃO FÓRUM PAULISTA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

**Data**: 02 de dezembro de 2021

**Horário:** 9h30min

**Local:** Plataforma Teams por vídeoconferência

|  |
| --- |
| Membros Presentes:  Gilmar José Peixoto - (SABESP) – CBH-PP |
| Marco Antonio dos Santos - (ASSEMAE) – CBH-PCJ |
| Jefferson Nascimento – (UNESP) CBH-SJD |
| Helio Cesar Suleiman – (FABHAT) – CBH-AT |
| Nelson Portéro – (AEAAB) – CBH-BS |
| Cláudio Bedran – (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde ) – CBH-TB |
| Claudio Daher - (DAEE) -CBH-BPG |
| Emilio Prandi – (DAEE) / CBHs AP e MP |
| Irene Sabatino – (DAEE) - CBH Mogi |
| Luiz Otávio Manfré – (DAEE) – CBH-BT |
| Gustavo Antonio Silva – (DAEE) – CBH-SJD |
| Ney Ikeda – (DAEE) – CBH-RB |
| Lucíola Ribeiro – (DAEE) - CBH-SJD |
| Mylenni (Sec. Executiva CBH-PP) |
| Renato Crivellenti - (DAEE) - CBH PARDO |
| Alvaro Yanagui– (DAEE) - CBH-PP |
| Nazareno Mostarda Neto - (DAEE) – CBH-SM |
| Renato Veneziani Traballi – (Sindicato Rural de são José dos Campos) - CBH PS |
| Viviane de Sousa Peres – (DAEE) – CBH-SMG |
| Flavia Pascoal – (Prefeita de Ubatuba) - CBH-LN |
| Amauri Pollachi – (APU) – CBH-AT |
| Erica Tognetti – (DAEE) – CBH-TJ |
| Lupercio Ziroldo Antonio – (DAEE) – CBH-TB |
| Andreza Araujo – (Prefeitura de Ribeirão Pires) – CBH-AT |
| Jodhi Jefferson Allonso – (DAEE) – CBH-SMT |
| Eleusa Maria da Silva – (OAB) – CBH-SMT |
| Andre Luiz Sanchez Navarro – (DAEE) – CBH-PCJ |
| Sidney Felix Caetano – (DAEE) – CBH-BS |
| Maria Cecilia – (DAEE) - CBH-TG |
| Jorge Augusto de Carvalho Santos – (SIMA) - CBH-SMG |
| Mônica Spegiorin – (Associação Amigos do Jardim Pedra Verde) - CBH-LN |
| Maria Luísa Taborba Borges Ribeiro – (Fundação SOS Mata Atlântica) – CBH-SMT |
| David Ayub – (DAEE) – CBH-ALPA |

**1. Abertura.** O Coordenador Geral do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas-FPCBH e Prefeito de Ribeirão Pires, Clovis Volpi, constatando quórum abriu a 2ª Reunião do Fórum Paulista de 2021 agradecendo a presença de todos e comunicou que devido a seus compromissos como chefe do executivo municipal o Coordenador Adjunto Amauri Pollachi (CBH-AT) conduziria os trabalhos do dia. Na sequência orientações sobre o bom andamento dos trabalhos com as recomendações técnicas e soluções básicas da plataforma tecnológica utilizada para a reunião não presencial (Teams - Microsoft).

**2. Informes-2.1. Andamento das atividades dos GTs: a) Agência de Bacia, por André Navarro (CBH-PCJ); b) FEHIDRO, por André Navarro (CBH-PCJ); c) Sala de Situação, por André Navarro (CBH-PCJ).** André Luiz Sanchez Navarro, Coordenador do GT-FEHIDRO, GT-Agências e Membro do GT-Sala de Situação apresentou. O GT-FEHIDRO coordenado por André Navarro do CBH-PCJ e Beatriz Vilera do CBH-AT/FABH-AT tem objetivo de elaborar manifestação do Fórum sobre a revisão do Manual FEHIDRO de Investimento-MPO. As reuniões aconteceram em 22/02 e 11/03/21 para validar e oferecer contribuições da proposta elaborada que contém 16 itens, e foram posteriormente enviadas oficialmente à CRHi e na 1ª Reunião do FPCBH de 2021, pelo Item 3.4 foi referendada a manifestação. O GT-Agências coordenado por André Navarro, Carol Prado, Aline Meneses da Agência PCJ tem por objetivo discutir a implantação e o funcionamento das Agências de Bacias-FABHs. As reuniões ocorreram em 12/05, 25/06, 27/07 e 24/08/21. Já trataram da avaliação das Fundações instaladas e das dificuldades que enfrentam, das perspectivas futuras relacionadas à instituição e ao seu funcionamento, do levantamento das dificuldades e possíveis soluções para o atendimento ao MPO e está em andamento a elaboração de documentos, minutas e ofícios. O GT-Sala de Situação coordenado por Irene CBH-MOGI e Mayara Sakamoto da Agência PCJ tem por objetivo a implantação de Salas de Situação no Estado e realizou reuniões em 12/05 e 08/06/21, com apresentações sobre Sala de Situação, o Parecer Técnico DPG nº 01/2021 da CRHi, da necessidade de definição de nova coordenadoria e sobre as orientações técnicas da CRHi para implantação das Salas de Situação e perspectivas. **d) CFURH, por Jociane Debini (CBH-LN).** No período realizaram três reuniões discutindo principalmente a Deliberação CRH nº 248/21 que trata da aprovação da revisão da metodologia de distribuição dos recursos financeiros FEHIDRO entre as UGRHIs, a vigorar a partir do exercício de 2022 e como resultado das reuniões o levantamento de material de análise e discussão; entendimento dos critérios de avaliação contidos na planilha; avaliação e discussão sobre as demandas para atendimento dos critérios estabelecidos versus a estrutura das secretarias executivas versus proporção do recurso financeiro versus eficiência do investimento. Concluíram que para o curto prazo devem aguardar, pela necessidade de maior articulação entre os CBHs, obtendo também o posicionamento do Fórum a partir de experiência prática na aplicação dos critérios no primeiro semestre de 2022 no período médio de prazo promover discussão entre os CBHs quanto ao melhor direcionamento dos recursos da fonte CFURH, com análise quanto a possibilidade de projetos nas Vertentes e atendimento de compromissos assumidos no PERH e sobre a necessidade de revisão do valor da cobrança pelo uso da água.

Rui Brasil (SIMA/CRHi) considerou quanto maior a participação nos temas relevantes da agenda da gestão, maior é o reflexo para o aprimoramento do sistema, considerando também que o processo sempre é dinâmico e é mais interessante que todos participem, o que pode dirimir muitas dúvidas. Sobre a revisão do MPO se ao longo do tempo houver razões que justifiquem modificações todas serão ponderadas junto aos colegiados. Comunicou que haverá reuniões pelo ambiente on-line no mês de dezembro, a do COFEHIDRO no dia 14 e CRH no dia 16 de dezembro. Informou que já foi publicado edital para a concorrência pública visando a terceirização dos Agentes técnicos do FEHIDRO, mas se depararam com muitas dificuldades, entre elas o parecer jurídico, muito detalhado, que provocou inclusive mudanças de entendimentos, uma vez que um ente privado não pode determinar alocação de recursos públicos, ou seja, tudo tem que ser validado pela SECOFEHIDRO o que acarreta novos procedimentos a serem adotados, mas tudo está sendo detalhado no MPO. Também no ano foi consolidado e implantado o sistema SINFEHIDRO 2.0 e um novo Agente Financeiro, o que implicou em alterações do MPO, e que, provavelmente será submetido para aprovação no primeiro trimestre de 2022. Sobre as mudanças previstas no Conselho nacional de recursos hídricos-CNRH pelo PL-Projeto de Lei proposto e encaminhado pelo Governo Federal, deverá ser encaminhado ao Parlamento nos próximos dias, foi denominado como “Marco Hídrico” implicando em mudanças profundas daquilo que já está consolidado na legislação, incluindo as competências dos Comitês de Bacia e deve, se aprovado na íntegra, instaurar instrumentos e figuras novas. O tema é de grande preocupação para o sistema de recursos hídricos porque também mexe com alguns pilares e necessita de mais estudos e de uma grande atenção, certamente se trata de um desafio para todo o sistema a fim de permanecer em prática os valores conforme constam na legislação. Por tudo isso o PL também pode ser classificando como questão essencialmente política e precisam influenciar no processo.

**2.2. Marco Legal do Saneamento, por Amauri Pollachi (CBH-AT)**

O Coordenador Adjunto Amauri Pollachi reiterou que seria muito interessante a continuidade das discussões nos CBHs e no âmbito do Fórum sobre o Manual-MPO, sempre de forma ampla, participativa e democrática, pois infelizmente as mesmas ações não ocorrem com as matérias inerentes ao sistema no âmbito do governo Federal. Hélio Suleiman (CBHAT/FABHAT) esclareceu que o Secretário Executivo teve problemas de conexão com a plataforma da reunião pedindo desculpas pela ausência. Solicitou as considerações de Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro (Malu Ribeiro- Fundação SOS Mata Atlântica) que esteve presente na reunião de apresentação do PL. Malu Ribeiro considerou que na formulação e apresentação o Ministério do Desenvolvimento Regional simplesmente esvaziou as competências do CNH além de cometer graves equívocos conceituais trazendo de uma forma não muito clara e de maneira até desrespeitosa, e ainda não apresentou claramente a minuta texto. Deixaram claro que é prerrogativa do governo Federal apresentar Projeto de Lei, mas considerou que também é verdadeiro que alterações dessa magnitude devem ser discutidas no Conselho Nacional e na reunião fizeram proposta de encaminhamento para a minuta não ser encaminhado ao Congresso Nacional antes de ser discutida no Conselho Nacional pelo sistema, tendo em vista que segundo eles 50 organizações foram consultadas, mas não foram nomeadas, caracterizando que não houve um amplo debate. Considerou que os CBHs devem se inteirar sobre o documento promovido pelo Observatório das Águas, que já conta com adesão de várias organizações Aderindo ao documento que solicita a participação do sistema com uma discussão consistente. Devem também se debruçar sobre os equívocos conceituais do PL, considerando a sua “terceira versão”, com a instituição de uma Política Nacional de infraestrutura hídrica dispondo sobre organização e ferramentas, mas está confuso o entendimento sobre infraestrutura hídrica e ainda dá a entender que não se aplica aos serviços de saneamento básico, mas que já tem regulação específica em vigor; e também dá a entender que se refere a empreendimentos de reservação, acumulação e, além do mais, mistura captação-tratamento-transporte, e ainda também pelo art. 9o caracteriza superposição de planos confundindo atribuições, por exemplo, do Plano de Bacia, Plano de segurança hídrica e Plano de infraestrutura, fragmentando os instrumentos, e em seguida aloca horizonte de 30 anos para os Planos, e depois fere princípios básicos da política nacional de recursos hídricos. No rol, ainda desconsidera o acesso a água como bem público coletivo dotado de valor econômico conforme a Constituição, inclusive desconsiderando o acesso a água como direito humano fundamental, norma que está prestes a ser homologado pelo Parlamento, enfim trata-se de um texto político, e no que se refere ao foco dos Comitês de bacia tornando meramente consultivo tirando seu caráter deliberativo levando a duplicidade de competência os Planos de Bacia com total incompreensão da política de recursos hídricos. Malu concluiu dizendo que ainda não está implementada totalmente a política nacional de recursos hídricos fortalecendo todos os seus instrumentos, devem fortalecer e não promover o desmonte do sistema. Sugeriu a formação de um Grupo de Trabalho para discussão e fortalecimento dos princípios fundamentais da política nacional de recursos hídricos e se colocou à disposição. O GT deve ter também o objetivo de garantir o uso múltiplo das águas e, no caso de escassez hídrica a prioridade para o abastecimento humano, além de inovação das ferramentas tendo em vista as emergências climáticas incluindo os novos paradigmas dos compromissos nacionais por meio de normas complementares. O Coordenador considerou que todos devem se unir e evitar qualquer retrocesso para promover avanços necessários. Esclareceu que o PL não foi publicado, porém existe uma minuta da apresentação da reunião do CNRH circulando pelas redes sociais https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/2021-11-30-visao-geral-do-pl-do-marco-hidrico.pdf Cláudio Bedran (Planeta Verde) sugeriu Moção de Repúdio ao PL e aproveitou para solicitar que o COFEHIDRO iguale a contrapartida dos municípios menores. Hélio Suleiman complementou como sua percepção da apresentação, que o PL deverá ser encaminhado ao Congresso ainda na semana, mas na ocasião quando solicitaram o número do PL esclareceram que o texto não estava pronto, ou seja, há divergências, e também estranhou porque pela legislação vigente toda e qualquer alteração da política nacional tem que passar pelo Conselho nacional, dando a entender que não há amplo debate sobre um documento oficial e o encaminhamento em plenário foi realmente no sentido de abrir para o diálogo. O Coordenador esclareceu que foi elaborada uma carta aberta assinada por diversos CBHs, organizações da sociedade civil e diversos atores sociais, com severas críticas à construção do processo, porque apesar de que o sistema sempre pode ser aprimorado, por exemplo, adaptando-se às necessidades das mudanças climáticas e ambientais, porém o referido Projeto de Lei estabelece algumas posições que colidem frontalmente com os pilares e valores fundamentais do gerenciamento dos recursos hídricos, caracterizando verdadeiro retrocesso, e ainda tem forte caráter mercantilista favorecendo muito mais os interesses particulares, os do mercado, do que os interesses públicos pelas águas como bem comum. Foi favorável a criação do Grupo de Trabalho. O GT foi composto inicialmente por Malu Ribeiro, Hélio Suleiman, André e Andreza de Araújo (PM de Ribeirão Pires). O GT poderá, a seu critério, propor ações inclusive a Moção de repúdio que foi sugerida. Também incentivou que os CBHs realizem ampla discussão durante as próximas plenárias dos Comitês com possibilidade de assinar o documento conjunto que já conta com mais de 100 participantes. Hélio sugeriu que a primeira reunião ocorra em breve, pela urgência do tema e do tempo, e que estejam atentos aos e-mails, como forma oficial de contato, e também se colocou à disposição dos Comitês para apresentar o tema.

**2.3. Crise Hídrica e seus desdobramentos, por Eleusa Maria da Silva (CBH-SMT).** A grave crise hídrica é generalizada pela bacia SMT. O cenário da UHE Itupararanga, um importante manancial da região e considerada popularmente como a “caixa d´agua” do município de Sorocaba, apresenta no nível atual 817,34m (20,22%), vazão afluente do mês de novembro 3,01 m3/s, vazão afluente MLT novembro 9,88m3/s e vazão afluente31% da ML, Não há previsão de boas chuvas. Como recorte de retrato da crise o município de Alumínio, que tem grande dependência do reservatório, está com a necessidade de aumentar a adutora para captar mais água, e também as diversas captações nos rios formadores do rio Sorocaba. Sofreram redução de vazão porque não restou outra solução com a diminuição da vazão defluente 6 m³/s para 2,25 m³/s. A população de maneira geral está contribuindo reduzindo o consumo, mas em Votorantim a Prefeita deu declarações que o reservatório de Itupararanga pode secar que não faltará água na cidade, o que seria um milagre, e em Sorocaba também apesar do Serviço de Águas se mostrar muito empenho no combate à crise o gestor público não está. Foi encaminhado ofício para o DAEE rever as outorgas considerando o abastecimento público prioritário, mas o Departamento respondeu que no momento não há necessidade, e assim o Comitê apontou para necessidade de uma reunião com o Superintendente do DAEE para expor a realidade da situação. Grande parte dos municípios já implantou rodízio de água para abastecimento, e o Alto, Médio e Baixo Sorocaba também tem problemas. A situação do reservatório preocupa muito pela diminuição do volume, e continua diminuindo. As vazões afluentes estão próximas de 30% da média histórica desde o final de 2020. A saída de água do reservatório 4,2 m³/s sendo 2,25 para calha do rio Sorocaba e 1,95 diretamente para o serviço de águas da cidade para o abastecimento público, entra apenas aproximadamente 2m³/s. Entre as diversas medidas adotadas o Comitê também criou o Grupo de Trabalho Crise Hídrica, com reuniões semanais, composto pelos principais atores da região envolvendo inclusive diversas reuniões de diálogo com a empresa Votorantim Energia. Um modelo da empresa Votorantim com a vazão 2,25 m³/s indica o prazo de julho/2022 abaixo de 817,5 novamente. O problema só está sendo adiado. O Coordenador Adjunto considero que se trata de uma situação preocupante, praticamente reproduzida em quase todas as bacias do estado. Considerou e reiterou que as emergências climáticas apontam que considerar os dados do passado, dos estudos hidrológicos, para as previsões atuais do futuro tem chance de erro muito grande e perguntou qual era a alternativa que o Comitê estava adotando com ações diretas ou indiretas. André Cordeiro Alves dos Santos (Vice-Presidente do CBH-SMT, Coordenador do GT Crise Hídrica) disse que emergencialmente solicitaram para a empresa Votorantim Energia esvaziamento de algumas cavas de mineração para utilizarem essas águas de chuvas a fim de manter a calha do rio Sorocaba, porém as calhas são limitadas e a única opção está na revisão de outorgas, porque como disse o próprio Coordenador Adjunto, os estudos do passado não estão batendo com a realidade atual, porém a diretoria do DAEE-Piracicaba não respondeu sobre a revisão de outorgas, o que trouxe inclusive problemas dentro do GT Crise Hídrica porque os representantes das Concessionárias estão se sentindo prejudicados pela falta de revisão das outorgas dos outros usos, esses estão sem nenhuma restrição, então a resposta do DAEE é urgente, apesar do órgão ter sido oficializado mais de uma vez, e também disse que há resistência das prefeituras da região para iniciar o rodízio de água, devido ao desgaste político de tal ação, mas é necessário que todos entendam que a crise hídrica é muito séria e estão se esforçando para o reservatório Itupararanga não chegar ao volume morto devido aos problemas da qualidade da água e para a recuperação do ecossistema posteriormente. Outro elemento que dificulta a gestão é que o atual Secretário executivo do comitê assumiu novo cargo no Escritório do DAEE Sorocaba e há comentários que o Secretário-executivo será uma pessoa da região de Piracicaba, o que classificou como uma ação sem noção, assumir o cargo de Secretário executivo alguém fora da bacia hidrográfica, que nem conhece a realidade e os problemas locai. Solicitou diálogo urgente para alinhamento com o DAEE para apoiar o Comitê com a restrição das outorgas e para indicação do Secretário executivo, inclusive no dia seguinte estava agendada uma reunião plenária do Comitê e ele como Vice-Presidente nem sabia quem seria o novo Secretário para assumir o cargo. Malu Ribeiro propôs, como a questão envolve a macrometrópole paulista, levar o tema da revisão de outorgas para a reunião do Conselho-CRH. Na sua percepção o Comitê SMT expôs claramente seus problemas e fez apelo ao Fórum Paulista visando também o fortalecimento dos Comitês e do sistema paulista. Solicitou o apoio do Fórum para levar o debate ao CRH, e disse que o problema é maior uma vez também que as previsões indicam poucas chuvas futuras, a situação tende a se agravar. O Coordenador Adjunto apoiou a sugestão, com possibilidade inclusive de estender as revisões de outorga para todas as bacias nas macrometrópoles na medida do avanço da crise hídrica, sempre tomando todas as precauções para não chegar ao ponto de utilização do volume morto dos reservatórios. Jodhi Jefferson Allonso (DAEE/SIMA) disse que a competência para revisão de outorgas compete à Superintendência do órgão e o Escritório estudou o caso elaborando propostas. O tema está sendo avaliado pela Superintendência, a competência extrapola a atuação do Escritório e a Diretoria da bacia envolve as duas Unidades de Gerenciamento, alterar ou não a Secretaria executiva não significa que será uma pessoa que não conhece a bacia Sorocaba-Médio Tietê, todos os técnicos do Departamento são capacitados e gabaritados para executar a função da melhor maneira possível e a integração entre a bacia SMT e PCJ sempre existiu e vai continuar existindo. Não deixou totalmente a Secretária executiva, ocupará o cargo de Secretário executivo adjunto, portanto sempre continuará existindo a integração, e discordou da posição do Vice-Presidente, é necessário fortalecer ainda mais a parceria com o Comitê vizinho, além do que também é prerrogativa do DAEE como Secretaria executiva do Comitê, considerando o estatuto do Comitê, para fazer as alterações como bem quiser e entender.

O Coordenador Adjunto considerou que diante da crise hídrica e, pelas manifestações dos membros do colegiado, é importante também a revisão dos valores da cobrança pelo uso da água e a implantação no uso rural, e seria mais interessante uma manifestação oficial do Fórum Paulista visando a implementação das medidas.

**2.4. Ciência e Tecnologia, por Jefferson Nascimento de Oliveira (CBH-SJD e UNESP-Ilha Solteira)**. O Mestrado Profissional Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos-PROFÁGUA é um curso de pós-graduação na modalidade stricto sensu integrado em rede e também atende os Comitês de Bacia desde 2017, com nota CAPES 4. Conta com cerca de 180 docentes formando mais de 280 Mestres, cerca de 410 discentes matriculados por curso na rede de 14 Universidades pelo País, distribuídas por 7 das 12 Regiões Hidrográficas do Brasil e todos os 1174 inscritos passaram por processo seletivo. O Mestrado conta com o apoio financeiro da ANA-Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, incluindo parcerias internacionais como UNESCO-IHE e ITT. As dissertações estão alinhadas com praticamente todos os 17 ODS e os projetos podem ser replicados em todo o Estado, como o Projeto Palestras nas Escolas em que os alunos do ProfÁgua UNESP ministraram palestras em 12 escolas públicas de 7 municípios, dirigidas a 717 alunos entre o ensino Fundamental e o Médio. Também como um produto gerado do PROFAGUA para ser implementado o APP Aplicativo de acompanhamento de parâmetros físico-químicos e do rio urbano em Manaus-AM, Igarapé do Mindu, e Programa computacional para avaliação de desempenho operacional de ETEs como instrumento para a gestão integrada da água, além de diversos livros publicados pelo Mestrado, diversos cursos e palestras procurando integrar a sociedade, os Comitês e a Academia. O Coordenador Adjunto parabenizou e agradeceu o compartilhamento das informações aprimorando o conhecimento em iniciativa extraordinária da UNESP e do professor para formação de técnicos e gestores e, também disse sobre a necessidade que cada vez mais a formação possa ser de caráter interdisciplinar.

**2.5. Apresentação sobre o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental, por Suraya Modaelli (CBH-AP).**

Carlos Camargo (Cadu) apresentou. As Prefeituras e as Secretarias da Educação, que integram os Comitês não tinham de fato participação com educadores, nem produção de material especifico sobre as Bacias Hidrográficas para apoiar os trabalhos, apesar de que a Educação Ambiental não é formalmente um instrumento de gestão os Comitês se uniram para promover a articulação dos educadores e a integração com os Comitês. Assim surgiu em 2003 o Dialogo Interbacias de Educação Ambiental com os objetivos de promover reflexão, avaliar resultados e avanços da educação ambiental, promover o diálogo entre os diversos agentes, articular a integração de ações educativas dos Comitês de Bacias Hidrográficas e as Secretarias de Estado, disponibilizar informações e capacitar os membros dos Comitês. Como resultados muitas parcerias foram formalizadas desde 2019, Comitês desenvolveram projetos em parcerias com a UNESP e o fortalecimento do Fórum Estadual de Comitês. Com a pandemia COVID-19 em 2020 não foi realizado o Diálogo Interbacias e em 2021 foi realizado de forma online. O XVIII Diálogo Interbacias teve como tema “Educação Ambiental na Crise Hídrica - Eficiência Energética e os Comitês de Bacias” com 255 participantes, representantes dos 21 Comitês do Estado e de outros estados da Federação. Com Oficinas de Capacitação, a Roda de Diálogo: Os Comitês de Bacias no enfrentamento da Crise Hídrica – Experiências, Reflexões sobre a crise Hidroenergética no Brasil, palestra “Cidades resilientes frente as mudanças globais” e o VII Encontro das CTEAs, CRH e CBHs.

**3. Ordem do dia: (A redação final das Deliberações aprovadas são publicadas na webpágina https://forumpaulista.org/deliberacoes/) 3.1. Aprovação da Ata da 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas de 2021, realizada em 11/06/2021.** Após solicitação e aprovação da dispensa de leitura a Ata foi aprovada por unanimidade. O Coordenador Adjunto solicitou encaminhamento de todas as apresentações da reunião para a Secretaria Executiva de modo a compartilhar as informações com toda a sociedade.

**3.2. Aprovação da indicação de representante para participar do Fórum Nacional de CBHs.** Haverá reunião do colegiado coordenador do Fórum Nacional de CBHs nos dias 08 e 09 em Vitória-ES para tanto necessitam a indicação de um representante do FPCBHs. Foi indicado para representar provisoriamente na próxima reunião Hélio Suleiman (CBHAT/FABHAT) e para as próximas reuniões André Navarro (CBH-PCJ).

**3.3. Solicitação ao COFEHIDRO de extensão do prazo para os CBHs deliberarem sobre os empreendimentos FEHIDRO em 2022.** Beatriz Vilera do CBH-AT/FABH-AT disse que as Câmaras Técnicas do Comitê do Alto Tietê se reuniram para discutir os critérios para análise dos empreendimentos frente aos recursos de 2022 e, considerando que será um ano eleitoral, a tendência é que se estabeleça o mês de maio como data final para indicação dos empreendimentos pelos colegiados, porém foi identificado dificuldade de atender o prazo e foi formulada a proposta para o Fórum Paulista solicitar a extensão do prazo para o mês de agosto ou setembro de 2022. O CBH-PCJ informou que estão trabalhando com a previsão de junho/22 e o Coordenador propôs encaminhamento oficial do FPCHs para CRHi solicitando prazo pelo menos até o final de julho. A minuta do documento será enviada para análise e aprovação do colegiado por e-mail. Encaminhamento aprovado por unanimidade.

**4. Outros assuntos e Encerramento.** André Navarro divulgou as atividades do Grupo de integração dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê desde 2016. As reuniões foram conjuntas dos CBHs AT-SMT-PCJ-TJ-TB- e BT, as Secretarias Executivas e as FABHs, gerando em 2019 o Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês composto de quatro eixos, coleta de dados informações para diagnóstico e planejamento regional, identificação dos impactos nas transições entre as unidades de gerenciamento, integração dos mecanismos de gestão, comunicação social e difusão de informações, que por sua vez geraram nove ações incluídas no PERH em 2020. A partir de 2021 foram constituídos seis grupos de trabalho: Agência de bacias, comunicação, barragens, monitoramento, pesquisas e plano para elaborar empreendimentos para cumprir o PERH e ao menos três empreendimentos propostos para inserção no PA/PI 2020-2023. Solicitou que o informativo editorial com o Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês seja encaminhado através do Fórum para todos os Comitês de Bacia. Hélio Suleiman ressaltou a importância do papel e a condução dos trabalhos com a ausência sentida do saudoso Engenheiro Luiz Roberto Moretti, ex-Secretário dos Comitês PCJ nos trabalhos e no Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês. Ressaltou também a necessidade de união de todos os Comitês com ações coordenadas e integradas e disponibilizou também para apresentação no Fórum outros trabalhos do grupo Vertente. Aproveitou para agradecer a disponibilização da equipe do CBHPCJ ao CBH-AT como Comitê Corodenador do FPCBHs para apoio dos trabalhos. O Coordenador Adjunto parabenizou os trabalhos ressaltando a possibilidade e importância dos trabalhos integrados. Cumprida a pauta agradeceu as presenças, encerrando a reunião. Esta Ata da 2ª. reunião FPCBHs foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria Executiva do FPCBH.

**Clóvis Volpi**

Coordenador Geral do FPCBH

**Amauri Pollachi**

Coordenador Adjunto do FPCBH

**Wanderley de Abreu S. Júnior**

Secretário-executivo do FPCBH

**Hélio Cesar Suleiman**

Secretário-executivo adjunto do FPCBH